

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em janeiro de 2017 foi denunciada a existência de maus tratos a utentes de um lar em Alijó, distrito de Vila Real, gerido pela Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental. Este lar residencial tinha então 24 utentes, com idades entre os 18 e os 50 anos de idade. A denúncia de maus tratos apresentada por duas ex-funcionárias dá conta de negligência no acompanhamento dos utentes, fraldas que não são mudadas, alimentação e bebida fornecidas em condições deficitárias, utentes deixados sozinhos fechados em salas, utentes andando nus ou seminus pelas instalações, entre outros maus tratos. Estas denúncias foram acompanhadas de fotografias e filmagens.

Perante estas denúncias, a instituição suspendeu a coordenadora do lar, Alexandra Figueira, e abriu um processo disciplinar que entretanto foi arquivado. Alexandra Figueira voltou a exercer funções no mesmo lar, mas agora como técnica de serviço social, deixando as funções de coordenação.

Quando estas denúncias foram conhecidas o Ministério Público avançou com um processo-crime e a Segurança Social efetuou uma inspeção à Instituição. Urge portanto saber que medidas têm vindo a ser desencadeadas pela Segurança Social para acompanhar a situação deste lar de Alijó bem como qual o resultado da inspeção efetuada.

Os abusos e maus tratos para com pessoas com deficiência são tristemente conhecidos. A complacência para com esta realidade tem que terminar e tem que ser alvo de toda a censura. É fundamental que as denúncias apresentadas sejam adequadamente investigadas e sancionadas, caso se comprove a sua veracidade.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio solicitar ao Governo, através do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o seguinte documento:

- Cópia do relatório efetuado pela Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e

Segurança Social na sequência das denúncias de maus tratos a utentes de um lar de Alijó, gerido pela Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental.

Palácio de São Bento, 15 de janeiro de 2018

Deputado(a)s

JORGE FALCATO SIMÕES(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)